

Sumário

Parte I PRESSUPOSTOS

Capítulo I ► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB	27
1. Noções introdutórias e funções da LINDB.....	27
2. Vigor normativo.....	28
2.1. Princípio da Continuidade ou Permanência	33
2.2. Repristinação	37
3. Obrigatoriedade das normas.....	39
4. Integração normativa	41
4.1. Analogia	43
4.2. Costumes	44
4.3. Princípios Gerais do Direito.....	46
5. Interpretação normativa	47
6. Aplicação da lei no tempo ou direito intertemporal	50
6.1. Direito adquirido	51
6.2. Coisa julgada	51
6.3. Ato Jurídico Perfeito	52
7. Eficácia da lei no espaço ou direito espacial.....	53
7.1. Estatuto Pessoal	54
7.2. Sucessão do Estrangeiro	56
7.3. Bens	58
7.4. Obrigações Internacionais	58
7.5. Pessoas Jurídicas Internacionais	58
7.6. Competência e Meios Probatórios.....	59
7.7. Sentenças estrangeiras, cartas rogatórias, divórcios e laudos periciais estrangeiros podem ser cumpridos no Brasil?.....	60
8. Interpretação pelos agentes públicos.....	62

Parte II
GERAL

Capítulo I ► PESSOA FÍSICA, NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL.....	69
1. Uma noção prévia: a personalidade jurídica	69
2. Pessoa física ou natural ou de existência visível: conceito	69
2.1. Aquisição da Personalidade Jurídica pela Pessoa Natural	71
2.2. O Nascituro.....	74
2.2.1. Hipóteses Legais de Tutela dos Direitos do Nascituro	76
2.3. Natimorto.....	78
2.4. Capacidade	79
2.4.1. Capacidade de direito	79
2.4.2. Capacidade de fato	81
2.4.3. Teoria das Incapacidades	81
2.4.3.1. Incapacidade absoluta	84
2.4.3.2. Incapacidade relativa	86
3. Emancipação	89
4. Extinção da pessoa física ou natural.....	92
4.1. Morte Real	92
4.2. Morte Presumida	93
4.2.1. Morte Presumida sem Declaração de Ausência	93
4.2.2. Com Procedimento de Ausência	94
4.3. Comoriência ou Morte Simultânea.....	98
 Capítulo II ► PESSOA JURÍDICA	 101
1. Conceito.....	101
2. Natureza da pessoa jurídica e aquisição da personalidade jurídica.	103
3. O que são entes despersonalizados?.....	106
4. Princípio da separação ou independência ou autonomia.....	109
5. Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica (“disregard doctrine” ou “disregard of legal entity”).....	110
5.1. Disciplina no Código Civil.....	112

5.2. Regras Específicas da Desconsideração nos Demais Ramos do Direito Brasileiro	118
5.3. Observações Finais sobre a Desconsideração	121
5.4. O Código de Processo Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica	124
6. Classificação da pessoa jurídica	127
6.1. Quanto à nacionalidade: Nacional ou Estrangeira.....	127
6.2. Quanto à Atividade Executada ou Funções.....	128
6.2.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	128
6.2.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado	131
6.2.2.1. Quanto à estrutura interna.....	132
6.2.2.1.1. Corporações (<i>universitas personarum</i>).....	132
6.2.2.1.2. Fundações (<i>universitas bonorum</i>)	141
7. Extinção da pessoa jurídica	145
Capítulo III ► DIREITOS DA PERSONALIDADE	147
1. Introdução	147
2. Conceito.....	147
3. Características	152
3.1. Indisponíveis.....	153
3.2. Absolutos	154
3.3. Extrapatrimoniais	155
3.4. Inatos	155
3.5. Imprescritíveis	156
3.6. Vitalícios.....	157
4. Classificação	160
4.1. Pilar da Integridade Física.....	161
4.2. Integridade Psíquica ou Moral	182
4.2.1. Imagem.....	182
4.2.2. Vida Privada ou Privacidade	197
4.2.2.1. Proteção de Dados	200

4.2.3. Honra.....	204
4.2.4. Nome.....	205
4.3. Integridade Intelectual.....	209
5. Direito da personalidade da pessoa jurídica.....	210
Capítulo IV ► DOMICÍLIO.....	217
1. Introdução, natureza jurídica e visão no Código Civil de 2002.....	217
2. Domicílio da pessoa natural.....	220
2.1. O Conceito.....	220
2.1.1. Domicílio Pessoal.....	220
2.1.2. Domicílio Profissional da Pessoa Natural.....	222
2.1.3. Domicílio Aparente ou Ocasional.....	223
3. Domicílio da pessoa jurídica.....	223
3.1. O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Privado.....	223
3.2. O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público.....	224
4. Classificação do domicílio.....	226
Capítulo V ► BENS JURÍDICOS.....	229
1. Introdução: bens, coisas, patrimônio e conceito.....	229
2. Classificação dos bens.....	232
2.1. Bens considerados em si mesmos.....	232
2.1.1. Imóveis.....	233
2.1.2. Móveis.....	235
2.1.3. Fungíveis e Infungíveis.....	237
2.1.4. Consumíveis e Inconsumíveis.....	238
2.1.5. Divisíveis e Indivisíveis.....	238
2.1.6. Singulares e Coletivos.....	239
2.2. Bens reciprocamente considerados.....	240
2.3. Bens públicos e particulares.....	245
Capítulo VI ► TEORIA DO FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	249
1. Fato jurídico x fato material.....	249
1.1. Classificação dos fatos jurídicos.....	250

1.1.1. Fatos Naturais (ou Fato Jurídico em Sentido Estrito ou <i>stricto sensu</i>)	251
1.1.2. Fatos Humanos ou Ato Jurídico	252
2. Negócios jurídicos	257
2.1. Plano de Existência	258
2.2. Plano de Validade	259
2.2.1. Teoria das Invalidades ou das Nulidades	264
2.2.2. Princípio da Conservação dos Atos e Negócios Jurídicos	275
2.3. Plano de Eficácia.....	279
3. Classificação	288
3.1. Quanto à declaração de vontade	288
3.2. Quanto ao benefício alcançado.....	289
3.3. Quanto à duração do negócio.....	290
3.4. Quanto à forma	290
3.5. Quanto à causa	291
3.6. Quanto ao alcance dos efeitos do negócio	291
4. Representação no negócio jurídico	292
4.1. Representação direta e indireta.....	292
4.2. Representação convencional e legal	293
4.3. Anulação por conflito de interesses	296
5. Defeitos ou vícios do Negócio Jurídico	296
5.1. Vícios de consentimento	298
5.2. Vícios Sociais.....	317
Capítulo VII ► PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	331
1. Noções introdutórias.....	331
2. Prescrição: conceito e requisitos.....	333
2.1. Prescrição aquisitiva e extintiva	339
2.2. Normas gerais sobre a prescrição.....	341
2.3. Prazos prescricionais.....	346
2.4. Prescrição intercorrente.....	358

2.5. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição	360
2.6. Lembretes finais sobre prescrição.....	371
2.7. Prescrição e institutos afins	372
3. Decadência (ou caducidade): conceito, objeto e efeitos	372
3.1. Importantes Observações Correlatas.....	376
4. Direito intertemporal	376
5. Diferenças entre Prescrição e Decadência	378
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	379

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	391
1. Conceito e o processo obrigacional	391
2. Relações Patrimoniais	394
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real	400
Capítulo II ► ESTRUTURA OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO	407
1. Estrutura ou Elementos Constitutivos da Obrigação	407
1.1. Elemento Subjetivo ou Pessoal da Obrigação: Sujeitos da Relação Obrigacional.....	407
1.2. Elemento Objetivo ou Material da Obrigação: A Prestação.....	410
1.3. Elemento Imaterial, Virtual ou Espiritual da Obrigação: Vínculo Jurídico	411
Capítulo III ► CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	417
1. Nota Introdutória	417
2. Classificação das Obrigações Consideradas em si Mesmo: Obrigações Morais, Cíveis e Naturais	417
3. Classificação Quanto ao Objeto. Também Chamada de Classificação Básica das Obrigações.....	420
3.1. Obrigação de Dar (<i>Obligatio Ad Dandum</i>).....	420
3.1.1. Obrigação de Dar Coisa Certa.....	421
3.1.2. Obrigação de Dar Dinheiro (Pecuniária).....	425

3.1.3. Obrigação de Dar Coisa Incerta ou Genérica.....	426
3.2. Obrigação de Fazer (<i>Obligatio Ad Faciendum</i>).....	427
3.3. Obrigação de Não Fazer (<i>Obligatio Ad Non Faciendum</i>)	433
4. Classificação Quanto à Presença dos Elementos Obrigacionais	435
4.1. Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Objetos	436
4.2. Obrigações Compostas Pela Multiplicidade de Sujeitos	439
5. Classificação Quanto à Divisibilidade do Objeto.....	445
6. Classificação Quanto ao Fim: Obrigações de Meio, Resultado e Garantia	447
7. Classificação Quanto à Liquidez.....	450
8. Classificação quanto à Presença do Elemento Acidental.....	452
9. Classificação quanto à Dependência	453
10. Classificação quanto ao Momento de Cumprimento	453

Capítulo IV ► DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO DIRETO) 455

1. Nota Introdutória: Natureza Jurídica e Requisitos de Validade do Pagamento	455
2. Elementos Subjetivos do Adimplemento	458
2.1. Quem Deve Pagar (<i>solvens</i>)?.....	458
2.2. A Quem Pagar (<i>accipiens</i>)?.....	461
3. Elementos Objetivos do Pagamento	464
3.1. Do Objeto do Pagamento.....	465
3.2. Da Prova do Pagamento	470
3.3. Do Lugar do Pagamento	472
3.4. Do Tempo do Pagamento	474

Capítulo V ► AINDA SOBRE O ADIMPLEMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO INDIRETO)..... 475

1. Nota Introdutória	475
2. Consignação em Pagamento	476
2.1. Quando é possível o uso da Consignação em Pagamento?	477
2.2. Procedimento da Consignatória.....	481

2.2.1. Consignação Extrajudicial ou Bancária	481
2.2.2. Consignação Judicial em Pagamento	482
3. Imputação em Pagamento	484
4. Pagamento com Sub-rogação.....	487
5. Dação em Pagamento	491
6. Novação.....	493
6.1. Novação Objetiva ou Real	496
6.2. Novação Subjetiva ou Pessoal (Ativa, Passiva ou Mista).....	497
6.3. Novação Mista	498
7. Compensação	499
8. Confusão.....	502
9. Remissão	504
Capítulo VI ► A CRISE DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA DO INADIMPLEMENTO	507
1. A Crise Obrigacional e a Dignidade da Pessoa Humana.....	507
1.1. A Superação da Prisão Civil e a Súmula Vinculante 25.....	508
1.2. Inadimplemento Absoluto x Inadimplemento Relativo.....	512
1.2.1. A Teoria da <i>Substantial Performance</i> e a Resolução por Inadimplemento	513
3. Mora	516
3.1. Mora do Devedor (<i>solvendi</i>)	516
3.2. Mora do Credor (<i>accipiendi</i>)	517
3.3. Constituição em Mora	518
3.4. Purgação (emenda) da Mora	521
3.5. Violação Positiva do Contrato (adimplemento ruim ou insatisfatório).....	522
4. Juros	523
4.1. Juros de Mora.....	524
4.2. Juros Compensatórios	526
5. Cláusula Penal (multa contratual ou pena convencional).....	530
6. Arras ou Sinal	538

Capítulo VII ► TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	543
1. Introdução	543
2. Cessão de Crédito	544
3. Assunção de Dívida ou Cessão de Débito	552
4. Cessão de Posição Contratual.....	557

RESPONSABILIDADE CIVIL

Capítulo I ► INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL	565
1. Introdução	565
2. A Natureza Jurídica.....	567
3. Função	567
4. Fundamentos.....	568
5. A Culpa	569
6. Conceitos Básicos	570
6.1. Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral	570
6.2. A Responsabilidade Jurídica: Responsabilidade Civil e Penal.....	570
6.3. Responsabilidade Contratual e Extracontratual	573
6.4. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	574
6.5. Responsabilidade Civil Por Ato Lícito e Ilícito	575
Capítulo II ► ELEMENTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	579
1. Introdução	579
2. Conduta Humana.....	580
3. Dano ou Prejuízo	582
3.1. Requisitos Configuradores do Dano.....	585
3.2. O Dano Patrimonial ou Material	585
3.3. A Perda de uma Chance	590
3.4. O Dano Extrapatrimonial ou Imaterial.....	594
3.5. Dano Estético	603
3.6. Dano Reflexo, Oblíquo ou Ricochete	604
3.7. Danos Coletivos, Difusos e Interesses Individuais Homogêneos.....	605

3.8. Responsabilidade Civil Pela Perda do Tempo Livre ou Desvio Produtivo de Consumo.....	606
4. Nexo de Causalidade	610
4.1. Teoria da Equivalência das Condições ou do Histórico dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	611
4.2. Teoria da Causalidade Adequada	612
4.3. Teoria da Causalidade Direta ou Imediata	612
4.4. Qual a Teoria Adotada pelo Código Civil?	613
4.5. Concausas ou Concausalidade ou Causalidade Múltipla ou Causalidade Comum	615
Capítulo III ► EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	619
1. Conceito e Objeto de Estudo	619
2. Estado de Necessidade.....	620
3. Legítima Defesa	623
4. Exercício Regular de Direito.....	625
5. Caso Fortuito e Força Maior.....	628
6. Culpa Exclusiva ou Fato Exclusivo da Vítima.....	632
7. Fato de Terceiro	634
8. Cláusula de Não Indenizar	637
Capítulo IV ► RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA	641
1. Responsabilidade Civil Subjetiva	641
1.1. O Dolo e a Culpa.....	642
1.1.1. Modalidades de Culpa.....	643
1.2. As Hipóteses de Responsabilidade Civil Subjetiva no Código.....	646
1.2.1. Incapaz.....	646
1.2.2. Credor de Dívida Não Vencida ou Já Paga (Cobrança Indevida).....	648
1.2.3. Homicídio e Incapacidade Laboral	650
1.2.4. Ofensa à Saúde	652
1.2.5. Usurpação ou Esbulho	656
1.2.6. Injúria, Difamação ou Calúnia.....	657

1.2.7. Ofensa à Liberdade Pessoal	660
2. Responsabilidade Civil Objetiva.....	661
2.1. O Advento da Teoria do Risco na Atual Codificação	663
2.2. Hipóteses de Responsabilidade Civil Objetiva no Código	664
2.2.1. A Responsabilidade Civil dos Empresários e das Empresas	664
2.2.2. A Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro	666
2.2.3. A Responsabilidade Civil por Fato do Animal e por Fato da Coisa	673
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	679